

Ventos de
São Clemente
Holding S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes
Av. Prof. Othon Gama D´eça, 677 -
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed. The Office
88015-240 - Florianópolis/SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis/SC - Brasil
Telefone +55 (48) 3205-5300, Fax +55 (48) 3205-5301
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Conselheiros e Diretores da
Ventos de São Clemente Holding S.A.**
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ventos de São Clemente Holding S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ventos de São Clemente Holding S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento e mensuração do ativo Imobilizado nas demonstrações financeiras consolidadas

Veja as Notas 3d e 7 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia e suas controladas possuem registrado em suas demonstrações financeiras consolidadas o montante de R\$1.038.760 referente ao seu ativo imobilizado. Esses ativos são mensurados ao custo histórico de aquisição ou construção, sendo que os elementos mais importantes são: (i) Torres de geração de energia elétrica; e (ii) Obras civis. A depreciação desses itens é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Devido ao fato desses ativos serem os elementos mais relevantes das demonstrações financeiras consolidadas que influenciam diretamente o resultado operacional e consequentemente o patrimônio líquido, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia e suas controladas para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado. Adicionalmente, obtivemos as movimentações ocorridas no ativo imobilizado ao longo do exercício de 2017, e, confrontamos com os saldos contábeis. Também, efetuamos o recálculo da depreciação com base nas vidas úteis estimadas de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico ("MCPSE"), confrontando o resultado do recálculo com os saldos contábeis. Por fim, obtivemos a análise da Companhia e suas controladas sobre existência de indicadores de redução ao valor recuperável das suas unidades geradoras de caixa ("UGC"), e, avaliamos se as informações utilizadas para essa avaliação eram razoáveis e consistentes.</p> <p>Avaliamos ainda a adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.</p>

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Florianópolis, 31 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8



Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

Ventos de São Clemente Holding S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado		Passivos	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016			2017	2016	2017	2016
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	85	3	59.339	22.460	Fornecedores	10	564	570	19.880	225.736
Tributos compensáveis		753	622	1.229	1.538	Empréstimos e Financiamentos	8	-	-	49.227	21.497
Contas a receber	5	-	-	32.233	22.461	Debêntures	9	19.759	-	19.759	-
Almoxarifado operacional		-	-	15	-	Obrigações tributárias		1	10	6.354	1.083
Adiantamento a fornecedores		-	-	775	125	Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	82	157
Despesas pagas antecipadamente		-	-	7.918	545	Provisão de ressarcimento	13	-	-	3.857	-
Outras contas a receber		41	-	868	289	Outras contas a pagar		-	-	877	-
Total do ativo circulante		879	625	102.377	47.418	Total do passivo circulante		20.324	580	100.036	248.473
Não circulante						Não circulante					
Fundos vinculados	4	-	-	25.691	-	Empréstimos e Financiamentos	8	-	-	672.568	673.560
Depósitos judiciais		-	-	108	108	Debêntures	9	151.092	-	151.092	-
Investimentos	6	414.196	244.540	-	-	Mútuos partes relacionadas	17	-	8.048	-	-
Imobilizado	7	402	402	1.038.760	1.119.495	Adiantamento para futuro aumento de capital		908	-	908	-
Intangível		-	-	7.145	-	Provisão de ressarcimento	13	-	-	6.570	-
Mútuos partes relacionadas	17	-	8.049	-	-	Outros passivos não circulante		-	-	9.845	-
Outros ativos não circulantes		2	-	10.093	-	Total do passivo não circulante		152.000	8.048	840.983	673.560
Total do ativo não circulante		414.600	252.991	1.081.797	1.119.603	Patrimônio líquido	11				
						Capital social		308.780	292.396	308.780	292.396
						Prejuízos acumulados		(65.625)	(47.408)	(65.625)	(47.408)
						Total do patrimônio líquido		243.155	244.988	243.155	244.988
Total do ativo		415.479	253.616	1.184.174	1.167.021	Total do passivo e patrimônio líquido		415.479	253.616	1.184.174	1.167.021

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Clemente Holding S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	2017	2016	2017	2016
Receita operacional líquida	13	-	-	251.918	61.021
Custos de geração	14	-	-	(107.983)	(39.884)
Lucro bruto		-	-	143.935	21.137
Resultado com equivalência patrimonial	6	(3.784)	(31.461)	-	-
Despesas com vendas		-	-	-	(1)
Despesas gerais e administrativas	15	(195)	(1.210)	(14.089)	(9.940)
Despesas tributárias		(9)	-	(38)	-
Outras receitas operacionais		-	1	107	2
Resultado antes das despesas financeiras líquidas		(3.988)	(32.670)	129.915	11.198
Receitas financeiras		183	-	4.032	1.986
Despesas financeiras		(14.412)	(2.029)	(142.711)	(47.883)
Resultado Financeiro	16	(14.229)	(2.029)	(138.679)	(45.897)
Resultado antes dos tributos		(18.217)	(34.699)	(8.764)	(34.699)
Imposto de renda	12	-	-	(6.167)	-
Contribuição social	12	-	-	(3.286)	-
Resultado do exercício		(18.217)	(34.699)	(18.217)	(34.699)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Clemente Holding S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Resultado do exercício	(18.217)	(34.699)	(18.217)	(34.699)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>(18.217)</u>	<u>(34.699)</u>	<u>(18.217)</u>	<u>(34.699)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Clemente Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	<u>Capital Social</u>		Prejuízos acumulados	Total
	Subscrito	a integralizar		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>284.400</u>	<u>(655)</u>	<u>(12.709)</u>	<u>271.036</u>
Subscrição de capital	22.840	(22.840)	-	-
Integralização de capital	-	8.651	-	8.651
Resultado do exercício	-	-	(34.699)	(34.699)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>307.240</u>	<u>(14.844)</u>	<u>(47.408)</u>	<u>244.988</u>
Subscrição e integralização de capital	1.540	14.844	-	16.384
Resultado do exercício	-	-	(18.217)	(18.217)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>308.780</u>	<u>-</u>	<u>(65.625)</u>	<u>243.155</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Clemente Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício antes dos tributos	(18.217)	(34.699)	(8.764)	(34.699)
Depreciações	-	-	48.159	32.171
Resultado de equivalência patrimonial	3.784	31.461	-	-
Baixa de ativo imobilizado	-	(2)	34.314	(2)
Juros sobre empréstimo e Financiamento	-	-	11.956	-
Juros Debêntures	11.956	-	67.625	44.209
Custo de captação apropriado ao resultado	-	-	1.371	-
Provisão de ressarcimento	-	-	10.427	-
Variação nos ativos e passivos				
Aumento (redução) em Tributos compensáveis	(131)	-	309	(807)
Aumento (redução) em Adiantamento a fornecedores	-	-	(1.268)	(125)
Aumento (redução) em Almoxarifado operacional	-	-	(15)	-
Aumento (redução) em Depósitos judiciais	-	-	-	(108)
Aumento (redução) em Outras contas a receber	(43)	-	(10.672)	(22.460)
Aumento (redução) em Créditos a receber	-	16	(9.154)	(290)
Aumento (redução) em Despesas pagas antecipadamente	-	-	(7.373)	(163)
Aumento (redução) em Fornecedores	(4)	571	(205.856)	220.639
Aumento (redução) em Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	(75)	115
Aumento (redução) em Obrigações tributárias	(10)	1	5.271	529
Aumento (redução) em Outras contas a pagar	-	-	1.269	-
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades operacionais	(2.665)	(2.652)	(62.476)	239.009
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aporte de capital em controladas	(194.551)	(6.114)	-	-
Aplicação em fundos vinculados	-	-	(25.691)	-
Redução de capital de controladas	21.111	-	-	-
Baixa de imobilizado	-	104	-	337
Aquisição de imobilizado e intangível	-	-	(8.883)	(432.495)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(173.440)	(6.010)	(34.574)	(432.158)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de principal e juros de empréstimos e financiamentos	-	-	(42.258)	-
Custo de captação dos empréstimos	-	-	-	130.453
Captação de Debêntures	180.000	-	180.000	-
Pagamento de principal e juros de debêntures	(21.105)	-	(21.105)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	908	-	908	-
Integralização de capital	16.384	8.651	16.384	8.651
Caixa líquido originado nas atividades de financiamento	176.187	8.651	133.929	139.104
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	82	(11)	36.879	(54.045)
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	3	14	22.460	76.505
No fim do exercício	85	3	59.339	22.460
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	82	(11)	36.879	(54.046)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia Ventos de São Clemente Holding S.A., com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, situada à Rod. Doutor Mendel Steinbruch, km 08, sala 103 - Distrito Industrial, foi constituída em 27 de dezembro de 2012, e possui as seguintes controladas:

Controlada	Portaria	Início da operação
Ventos de São Clementes I Energias Renováveis S.A.	627/2014	25/05/2016
Ventos de São Clementes II Energias Renováveis S.A.	628/2014	25/05/2016
Ventos de São Clementes III Energias Renováveis S.A.	631/2014	25/05/2016
Ventos de São Clementes IV Energias Renováveis S.A.	639/2014	25/05/2016
Ventos de São Clementes V Energias Renováveis S.A.	632/2014	14/06/2016
Ventos de São Clementes VI Energias Renováveis S.A.	633/2014	25/05/2016
Ventos de São Clementes VII Energias Renováveis S.A.	640/2014	25/05/2016
Ventos de São Clementes VIII Energias Renováveis S.A.	634/2014	21/06/2016

A Companhia tem por objeto social participar como sócia ou acionista, do capital de outras sociedades ou empreendimentos, buscando sempre estimular a atuação destas de forma eticamente responsável, bem como apoiar e monitorar o desempenho das empresas de cujo capital participar, através de: a) mobilização de recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco; b) subscrição ou aquisição de valores mobiliários que forem emitidos para fortalecimento da respectiva posição no mercado de capital; e c) atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas.

O Complexo Eólico São Clemente, detido pelas investidas acima listadas, possui capacidade instalada total de 216,1 MW¹ médios.

Em 2017 a Companhia aderiu junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ao Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD - (CCEE A³⁰ abril a dezembro/2017), visando a redução total dos montantes de Energia Elétrica dos contratos firmados no ACR e com posterior recontração no Mercado Livre.

O objetivo das empresas ao participarem do mecanismo é a possibilidade de reduzir o risco da geração devido à sazonalidade dos ventos, bem como o alinhamento do volume contratado com a Garantia Física dos parques eólicos.

Capital circulante negativo

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta passivo circulante em excesso ao ativo circulante consolidado no montante de R\$ 19.445. Conforme estimativas da Administração, esse endividamento será normalmente liquidado com a geração futura de caixa pela Companhia ou, se necessário, por meio de aportes financeiros dos acionistas controladores.

¹ As informações não financeiras contidas nestas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são revisadas pelos auditores independentes.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com as práticas contábeis brasileiras, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

A emissão das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foi autorizada pela Diretoria Executiva em 31 de março de 2018.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos críticos e incertezas referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas.

a. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, listadas a seguir:

Controladas	% de participação
Ventos de São Clementes I Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de São Clementes II Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de São Clementes III Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de São Clementes IV Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de São Clementes V Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de São Clementes VI Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de São Clementes VII Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de São Clementes VIII Energias Renováveis S.A.	100%

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

3 Principais Práticas Contábeis

a. Base de consolidação

(i) *Controladas*

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(ii) *Transações eliminadas na consolidação*

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Empresas investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Controladora na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece os empréstimos, os recebíveis e os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e os benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou um passivo individual.

Os ativos ou os passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e os recebíveis da Companhia compreendem Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outras contas a receber.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

c. Investimentos

Investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pela Resolução Normativa nº 674/2015 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Equipamentos de informática e processamento de dados	10 anos
Veículos	5 anos
Linhas de transmissões	20 anos
Torres de geração de energia	20 anos
Obras civis	20 anos

e. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou o atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que esta não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou o emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e os recebíveis significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

f. Intangível

(i) Ativo intangível

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que possuem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) **Pesquisa e desenvolvimento**

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o projeto for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento do projeto e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados conforme prazo de concessão da outorga.

(iii) **Baixa de ativos intangíveis**

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

g. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro presumido.

Lucro real

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

Lucro presumido

Calculado com base na presunção de lucro sobre a receita bruta, nas alíquotas de 8% para geração de energia. Sobre a presunção de lucros, aplica-se as mesmas alíquotas do lucro real, sendo elas: 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (Base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

h. Receita operacional

Receita operacional A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos e dos eventuais descontos e contribuições incidentes sobre a mesma. A receita de venda de energia e serviços é reconhecida quando: (i) é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluam para a Companhia; (ii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iii) os riscos e os benefícios relacionados à venda foram transferidos para o comprador; (iv) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade; (v) e a Companhia não detém mais o controle e a responsabilidade sobre a energia vendida. A receita compreende o valor pela venda de energia elétrica.

i. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros ativos decorrente de direitos da Companhia. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e custos de empréstimo e debêntures que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

j. Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. Espera-se que as seguintes normas não tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial.

(i) Normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018

A Companhia é obrigada a adotar o CPC 47 Receita de Contratos com Clientes e CPC 48 Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia já efetuou uma avaliação preliminar dos impactos estimados em suas demonstrações financeiras, e com base na sua avaliação entende que não há impactos significativos. O impacto estimado da adoção dessas novas normas baseia-se em avaliações realizadas até à data de emissão destas demonstrações financeiras, sendo que os impactos reais da adoção das novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

CPC 47 - Receitas de Contratos com clientes

O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada, substituindo as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas. O novo CPC estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita:

1. Identificar o contrato com o cliente
2. Identificar as obrigações de desempenho no contrato
3. Determinar o preço das transações
4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho
5. Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho

Toda energia produzida pela Companhia é vendida através de Power Purchase Agreement - PPA e de Contratos de Comercialização no Ambiente Regulado - CCEAR. Todos os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Companhia entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente, o que leva a Companhia a entender que não haverá impactos significativos no reconhecimento da receita a partir da entrada em vigência do novo CPC.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Conforme descrito no item (b) desta nota explicativa, a Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros:

- **Instrumentos financeiros não derivativos:** Empréstimos e recebíveis; e
- **Passivos financeiros não derivativos:** Outros passivos financeiros.

Adicionalmente, como descrito na nota explicativa nº 18, o risco de crédito é avaliado pela Companhia como baixo, devido ao histórico de pagamentos de seus clientes e por ser uma atividade regulada.

Dessa forma, com base na sua avaliação, a Companhia entende que os novos requerimentos de classificação e mensuração não terão um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

(ii) Normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16. Entretanto, a Companhia não efetuou a adoção antecipada.

4 Caixas, equivalentes de caixa e fundos vinculados

a. Caixa e equivalentes

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Bancos	1	3	29	36
Aplicações financeiras (a)	84	-	59.310	22.424
Total	85	3	59.339	22.460

- (a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários, junto ao Banco Bradesco, Santander, Citibank, Pine e BTG Pactual, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, com taxa de 100,50% CDI referente às aplicações do Santander, taxa de 90% CDI referente às aplicações do BTG Pactual, taxa de 100,00 % CDI para as aplicações do Banco Pine e taxa de 100,00 % CDI para as aplicações do Citibank.

b. Fundos vinculados

Há ainda os valores aplicados em fundos vinculados que fazem parte dos acordos firmados nos contratos de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (Reserva da Dívida e Reserva de O&M), em que é exigido pelo Banco financiador que sejam mantidas três parcelas atualizadas referentes ao valor da última amortização e ¼ (um quarto) do valor anual a pagar referente aos contratos de Operação e Manutenção. Os fundos vinculados estão classificados no ativo não circulante.

	Consolidado
	2017
Garantia serviço da dívida BNDES	22.901
Garantia serviço da dívida debêntures	1.909
Garantia O&M	881
Total	25.691

5 Contas a receber

As provisões referem-se a energia gerada no mês de dezembro de 2017, as quais serão faturadas em janeiro de 2018.

	Consolidado	
	2017	2016
Statkraft Energia do Brasil Ltda	-	1.339
BTG Pactual Comercializadora de Energia Ltda	-	10.248
Camara Com. Energia Elétrica/CCEE	5.706	10.606
Clime Trading Comercializadora de Energia Ltda	-	268
Provisão Energia	26.527	-
	32.233	22.461

6 Investimentos

A Companhia possui investimentos em empresas eólicas realizados através de aportes de capital, abaixo estão relacionados os investimentos nas controladas:

Composição dos investimentos

Companhia	31/12/2017			Controladora	
	Participação	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Investimento	Equivalência
Ventos de São Clementes I Energias Renováveis S.A.	100%	48.625	(436)	48.625	(436)
Ventos de São Clementes II Energias Renováveis S.A.	100%	56.696	(556)	56.696	(556)
Ventos de São Clementes III Energias Renováveis S.A.	100%	57.369	4.904	57.369	4.904
Ventos de São Clementes IV Energias Renováveis S.A.	100%	53.367	3.282	53.367	3.282
Ventos de São Clementes V Energias Renováveis S.A.	100%	46.015	(976)	46.015	(976)
Ventos de São Clementes VI Energias Renováveis S.A.	100%	44.846	(3.182)	44.846	(3.182)
Ventos de São Clementes VII Energias Renováveis S.A.	100%	64.005	(3.272)	64.005	(3.272)
Ventos de São Clementes VIII Energias Renováveis S.A.	100%	43.273	(3.548)	43.273	(3.548)
Total dos investimentos				414.196	(3.784)

Companhia	31/12/2016			Controladora	
	Participação	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Investimento	Equivalência
Ventos de São Clementes I Energias Renováveis S.A.	100%	29.518	(4.320)	29.518	(4.320)
Ventos de São Clementes II Energias Renováveis S.A.	100%	37.730	(4.529)	37.730	(4.529)
Ventos de São Clementes III Energias Renováveis S.A.	100%	32.943	(2.832)	32.943	(2.832)
Ventos de São Clementes IV Energias Renováveis S.A.	100%	30.542	(3.596)	30.542	(3.596)
Ventos de São Clementes V Energias Renováveis S.A.	100%	25.361	(5.286)	25.361	(5.286)
Ventos de São Clementes VI Energias Renováveis S.A.	100%	25.824	(4.022)	25.824	(4.022)
Ventos de São Clementes VII Energias Renováveis S.A.	100%	36.548	(3.362)	36.548	(3.362)
Ventos de São Clementes VIII Energias Renováveis S.A.	100%	26.074	(3.514)	26.074	(3.514)
Total dos investimentos				244.540	(31.461)

Movimentação dos investimentos

Investidas	2017				
	31/12/2016	Aumento de capital	Redução de capital	Resultado de equivalência patrimonial	31/12/2017
Ventos de São Clementes I Energias Renováveis S.A.	29.518	22.139	(2.596)	(436)	48.625
Ventos de São Clementes II Energias Renováveis S.A.	37.730	22.140	(2.618)	(556)	56.696
Ventos de São Clementes III Energias Renováveis S.A.	32.943	22.140	(2.618)	4.904	57.369
Ventos de São Clementes IV Energias Renováveis S.A.	30.542	22.140	(2.597)	3.282	53.367
Ventos de São Clementes V Energias Renováveis S.A.	25.361	24.269	(2.639)	(976)	46.015
Ventos de São Clementes VI Energias Renováveis S.A.	25.824	24.843	(2.639)	(3.182)	44.846
Ventos de São Clementes VII Energias Renováveis S.A.	36.548	33.769	(3.040)	(3.272)	64.005
Ventos de São Clementes VIII Energias Renováveis S.A.	26.074	23.111	(2.364)	(3.548)	43.273
Total líquido investido	244.540	194.551	(21.111)	(3.784)	414.196

Ventos de São Clemente Holding S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro 2017

2016					
Investidas	01/01/2016	Aumento de capital	Redução de capital	Resultado de equivalência patrimonial	31/12/2016
Ventos de São Clementes I Energias Renováveis S.A.	33.563	275	-	(4.320)	29.518
Ventos de São Clementes II Energias Renováveis S.A.	42.147	112	-	(4.529)	37.730
Ventos de São Clementes III Energias Renováveis S.A.	35.755	20	-	(2.832)	32.943
Ventos de São Clementes IV Energias Renováveis S.A.	34.049	89	-	(3.596)	30.542
Ventos de São Clementes V Energias Renováveis S.A.	30.276	371	-	(5.286)	25.361
Ventos de São Clementes VI Energias Renováveis S.A.	29.383	463	-	(4.022)	25.824
Ventos de São Clementes VII Energias Renováveis S.A.	36.182	3.728	-	(3.362)	36.548
Ventos de São Clementes VIII Energias Renováveis S.A.	28.532	1.056	-	(3.514)	25.774
Total líquido investido	269.887	6.114	-	(31.461)	244.540

7 Imobilizado

Movimentação do imobilizado

Consolidado					
Imobilizado	01/01/2017	Adições	Baixas	Depreciação acumulada	31/12/2017
Equipamentos de segurança	-	-	-	(1)	(1)
Terrenos	1.176	-	(1.176)	-	-
Móveis e utensílios	159	2	-	(16)	144
Imobilizado em andamento (a)	548	-	-	-	402
Imobilizado em Serviço	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	1.113.827	871	(32.629)	(48.020)	1.034.197
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.785	864	(509)	(122)	4.018
Total	1.119.495	1.737	(34.314)	(48.159)	1.038.760

Consolidado						
	Saldos em 01/01/2016	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação acumulada	Saldos em 31/12/2016
Veículos	102	-	-	(102)	-	-
Equipamentos e processamento de dados	13	-	-	(14)	1	-
Terrenos	-	1.176	-	-	-	1.176
Imobilizado em andamento (a)	705.166	146	(704.549)	(215)	-	548
Encargos sobre empréstimos (b)	14.217	3.100	(17.317)	-	-	-
Obras civis	-	38.910	(38.910)	-	-	-
Linha de transmissão em andamento	-	5.205	(5.205)	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	379.948	765.981	-	(32.102)	1.113.827
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	3.865	-	-	(80)	3.785
Móveis e utensílios	7	159	-	-	(7)	159
Total	719.505	432.509	-	(331)	(32.188)	1.119.495

- (a) Os montantes registrados nessa conta referem-se a equipamentos das estruturas eólicas.
- (b) Os encargos financeiros sobre financiamento diretamente atribuíveis aos ativos em construção são capitalizados e incluídos nos custos destes ativos. A respectiva capitalização se encerra quando todas as atividades necessárias ao preparo do ativo qualificável para o seu uso estão substancialmente concluídas. Outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no resultado do exercício.

8 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

	Taxa de juros	2017	2016
Financiamentos (a)	2,55% a.a. + TJLP	721.795	695.057
Circulante		49.227	2.846
Não Circulante		672.568	673.560

A Companhia possui contrato de financiamento firmado junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) o que é reconhecido pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária neste contrato denominado de financiamento mediante abertura de crédito.

O financiamento mediante abertura de crédito com o BNDES está garantido por fianças bancárias emitidas por bancos comerciais até a conclusão do projeto, conforme definido no contrato, bem como pelo penhor da totalidade das ações atuais e futuramente detidas sobre as respectivas SPE e quaisquer outras ações representativas detidas sobre o capital das mesmas SPE. As SPEs cederam ainda fiduciariamente os direitos creditórios decorrentes da receita proveniente da venda de energia elétrica que será produzida pelas investidas, bem como direitos emergentes relacionadas às autorizações de geração de energia e determinados contratos do projeto. A totalidade das ações atuais e futuras, bem como todo e qualquer rendimento dessas ações, da Companhia também foram dadas em garantia (penhor) ao referido financiamento, assim como todos os aerogeradores detidos pelas SPEs.

O financiamento com o BNDES possui 192 parcelas, com a última prestação vencendo em 15 de junho de 2033.

Covenants

A Companhia contratou financiamento e fianças bancárias com cláusulas restritivas de determinadas condições a serem observadas, tais como, sem limitação:

- (a) Inexistência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, por qualquer das beneficiárias, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente;
- (b) Inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social de qualquer das beneficiárias ou das empresas que a controlam de dispositivos que importe em restrições ou prejuízos à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação;
- (c) Constituição, sem prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto;
- (d) A não renovação, cancelamento, revogação, intervenção, extinção ou suspensão, por mais de 30 (trinta) dias, das autorizações e das licenças, inclusive as ambientais e as concedidas pelo MME e pela ANEEL, exigidas para construir, operar e manter o projeto;
- (e) Modificação do controle efetivo, direto e indireto, de qualquer das beneficiárias, sem prévia e expressa anuência do BNDES; e
- (f) Alteração da finalidade e escopo do projeto sem prévia anuência, por escrito, do BNDES;

- (g) Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, consolidado da controladora Ventos da São Clemente Holding S.A. apurado anualmente, igual ou superior a 1,2 vezes, os quais foram atendidos em 31 de dezembro de 2017.

O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. A Companhia vem cumprindo os covenants para o exercício de 2017.

9 Debêntures

	Encargos	Vencimento	31/12/2017
1ª série (única)	IPCA + 8,000%	Outubro de 2030	<u>170.851</u>
Circulante			19.759
Não circulante			151.092

A Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, do tipo nominativo escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória. As debêntures foram emitidas em 15 de abril de 2017 em uma única série de 180.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 e vencimento em 15/10/2030.

Para garantir o fiel, pontual e integral pagamento, foram constituídas as seguintes garantias:

- (a) Penhor da totalidade das ações (presentes e futuras) de emissão da Emissora de titularidade da Santa Genoveva;
- (b) Penhor da totalidade das ações (presentes e futuras) de emissão das SPEs de titularidade da Emissora;
- (c) Penhora da totalidade das ações (presentes e futuras) de emissão da Santa Genoveva de titularidade da CDV Holding;
- (d) Cessão fiduciária, pelas SPEs e/ou da Emissora, conforme aplicável, dos direitos decorrentes (a) dos “Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado”, celebrados pelas SPEs com as distribuidoras de energia elétrica (“CCEARs”); (b) de quaisquer outros contratos de venda de energia que venham a ser celebrados pelas SPEs no Ambiente de Contratação Livre (ACL) ou no Ambiente de Contratação Regulado (ACR); (c) (1) de cada um dos contratos de venda de energia celebrados entre a General Eletric Energy do Brasil Ltda. E cada uma das SPEs; (2) de cada um dos contratos de operação e manutenção celebrados entre a General Eletric Energy do Brasil Ltda. E cada uma das SPEs; (3) de cada um dos contratos de engenharia, aquisição, fornecimento, montagem e comissionamento em regime de empreitada global celebrados entre a ABB Ltda. E cada uma das SPEs; (4) de cada um dos contratos de engenharia de construção civil em regime de empreitada por preço global das usinas celebrados entre a Mercurius Engenharia S.A. e cada uma das SPEs; (5) do contrato de engenharia, aquisição, fornecimento, montagem e comissionamento em regime de empreitada global celebrado entre a ABB Ltda. e Enind Engenharia e Comércio Ltda. com as SPEs; e (6) do contrato de prestação de serviços celebrado entre a Emissora, a Engineering S.A. Serviços Técnicos SP e Laureano & Meirelles Engenharia Ltda; (d) das autorizações expedidas pelo órgãos competentes; (6) sobre determinadas contas bancárias de titularidade das SPEs e da Emissora e, dentre outros, (f) dos contratos de mútuo celebrados e a serem celebrados com a Emissora;

- (e) Penhor dos aerogeradores das SPEs.

Covenants

A Emissora e as SPEs obrigam-se a manter as seguintes contas vinculadas:

- (a) Contas centralizadoras das SPEs;
- (b) Conta centralizadora da Emissora (Holding);
- (c) Contas pagamento debêntures;
- (d) Conta reserva do serviço da dívida debêntures;
- (e) Contas reserva do serviço da dívida BNDES;
- (f) Conta reserva de O&M;
- (g) Conta de complementação do ICSD: O ICSD será apurado anualmente com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas e auditadas, e considerando a totalidade dos recursos mantidos na referida conta controlada, atinja 1,20, os quais foram atendidos em 31 de dezembro de 2017. Caso não seja atingido o índice de 1,20, mas o ICSD apurado seja superior a 1,05, a Emissora vai autorizar o Banco Administrador a depositar na Conta de complementação do ICSD recursos suficientes para que o cálculo do referido ICSD atinja 1,20.

10 Fornecedores

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal de suas atividades, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. A GE Water e Process Technologies do Brasil Ltda. é o principal fornecedor das controladas, mediante o fornecimento de aerogeradores, e a ABB Ltda é a responsável por parte das instalações eletromecânicas do parque eólico.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Casa dos Ventos Energias Renováveis S/A	-	280	-	731
ABB Ltda	-	-	1.839	44.112
GE Water e Process Technologies do Brasil Ltda	-	-	122	172.100
Camara Com. Energia Elétrica/CCEE	-	-	777	-
Fornecedores diversos	564	290	8.249	8.793
Provisão de fornecedores	-	-	8.893	-
Total	564	570	19.880	225.736

11 Patrimônio líquido

O capital social subscrito é de R\$ 308.780 em 2017 (R\$ 292.396 em 2016) e está representado por 308.780 em ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (198.100 em 2016). A integralização de capital no exercício findo de 2017 foi na ordem de R\$ 16.384.

12 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes do exercício de 2017, foi de R\$ 6.167 para o imposto de renda e R\$ 3.286 para a contribuição social. Em 2016 não houve saldos de impostos correntes registrados pela Companhia, pois não possuíam histórico de lucros tributáveis.

13 Receita operacional líquida

	<u>Consolidado</u>	
	2017	2016
Receita bruta	261.779	64.410
Energia elétrica - Geração própria	231.567	64.405
Energia elétrica - Revenda	23.275	-
Outras receitas	17.364	5
Provisão de ressarcimento (a)	(10.427)	-
Deduções da receita	(9.861)	(3.389)
PIS	(1.921)	(604)
COFINS	(7.940)	(2.785)
Total	<u>251.918</u>	<u>61.021</u>

- (a) A geração de energia dos parques eólicos foi inferior ao volume previsto no contrato de venda de energia no ambiente regulado CCEAR, devido à ocorrência de ventos abaixo da média histórica prevista neste exercício. Devido ao fato supracitado a Companhia constituiu uma provisão com base nas obrigações que a mesma possui junto a CCEAR, a qual será liquidada nos exercícios subsequentes. Em 31 de dezembro de 2017, o montante de ressarcimento registrado foi de R\$ 10.427, do qual R\$ 3.857 foi registrado no passivo circulante e o montante de R\$ 6.570 foi registrado no passivo não circulante.

14 Custos de geração

	<u>Consolidado</u>	
	2017	2016
Depreciação e amortização	(48.287)	(32.203)
Compra de energia	(33.582)	-
Encargos de transmissão e conexão	(9.243)	(5.776)
Despesa com manutenção	(5.880)	-
Serviços de terceiros	(3.581)	-
Arrendamento e aluguéis	(3.235)	(656)
Seguros	(1.263)	-
Engenharia e gestão de processos O&M GE	(1.208)	-
Custo com pessoal	(935)	(1.249)
Taxa de fiscalização ANEEL	(769)	-
Total	<u>(107.983)</u>	<u>(39.884)</u>

15 Despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Serviços prestados pessoa jurídica	(88)	(227)	(39)	(2.178)
Auditoria externa	(1)	-	(11)	-
Taxas e Emolumentos	(17)	-	(126)	-
Despesas legais, judiciais e publicações	(63)	-	(455)	-
Despesas com cartório	(3)	(61)	(644)	(224)
Viagens, diárias e ajuda de custos	-	(16)	(58)	(158)
Compartilhamento de despesas	(21)	(823)	(823)	(4.426)
Gastos diversos	(2)	(69)	(11.767)	(3.564)
Locação de máquinas e equipamentos	-	-	(46)	-
Material	-	-	(110)	-
Gastos com pessoal	-	-	(10)	-
Contrato de servidão	-	-	-	(66)
Depreciação e amortização	-	(14)	-	-
Tributos	-	-	-	(252)
Despesas com condomínio	-	-	-	1.923
Seguros	-	-	-	(995)
Total	(195)	(1.210)	(14.089)	(9.940)

16 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Descontos recebidos	-	-	-	134
Outras receitas	132	-	197	4
Rendimentos aplicação financeira	51	-	3.835	1.848
Total das receitas financeiras	183	-	4.032	1.986
Juros pagos	-	-	(5.035)	(16)
Juros, comissão e outras despesas bancárias	-	(1.965)	-	(1.964)
Juros BNDES	-	-	(67.626)	(44.210)
Juros Debêntures	(11.956)	-	(11.956)	-
Tarifas bancárias	(20)	(2)	(95)	(53)
IOF sobre mútuo	(40)	(61)	(80)	(123)
IOF	(1)	-	(4)	-
Outras despesas financeiras	-	-	(1.495)	(1.497)
Juros, Comissões e outras despesas bancárias	(2.395)	-	(24.357)	-
Juros com fornecedores	-	-	(32.015)	-
Multas	-	(1)	(48)	(20)
Total de despesas financeiras	(14.412)	(2.029)	(142.711)	(47.883)
Resultado financeiro líquido	(14.229)	(2.029)	(138.679)	(45.897)

17 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos, passivos e resultado em 31 de dezembro de 2016 e 2015, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Ativo				
Mútuos partes relacionadas - Clemente VII (b)	-	8.049	-	-
Total	<u>-</u>	<u>8.049</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivo				
Echo Holding 1 S.A. (antiga Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. (a))	272	281	281	731
Mútuos partes relacionadas - Clemente VI (b)	-	8.048	-	-
Total	<u>272</u>	<u>8.329</u>	<u>281</u>	<u>731</u>
Resultado				
Compartilhamento de despesas	21	823	823	6.905
Total	<u>21</u>	<u>823</u>	<u>823</u>	<u>6.905</u>

(a) A Companhia possui despesas no valor de R\$ 823 e um contas a pagar no valor de R\$ 281 decorrente do contrato de compartilhamento de despesas firmado com a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A.

(b) Esses montantes referem-se a mútuos ativos e passivos, os quais não possuem incidência de encargos financeiros, nem vencimento.

18 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros

	Controladora			
	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixas e equivalentes de caixa	85	85	3	3
Fundos vinculados	-	-	-	-
Fornecedores	564	564	570	570
Financiamentos e debêntures	170.851	170.851	-	-
Total	<u>171.500</u>	<u>171.500</u>	<u>573</u>	<u>573</u>
	Consolidado			
	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixas e equivalentes de caixa	59.339	59.339	22.460	22.460
Fundos vinculados	25.691	25.691	-	-
Fornecedores	19.880	19.880	225.736	225.736
Financiamentos e debêntures	892.646	892.646	695.057	695.057
Total	<u>997.556</u>	<u>997.556</u>	<u>943.253</u>	<u>943.253</u>

b. Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação:

31/12/2017 Consolidado	Fluxos de caixa contratuais				
	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	19.880	19.880	-	-	-
Debêntures	170.851	19.759	39.518	59.277	52.297
Financiamentos	721.795	49.227	98.454	198.044	376.070
Total	912.526	88.866	137.972	257.321	428.367

31/12/2016 Consolidado	Fluxos de caixa contratuais				
	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	225.736	225.736	-	-	-
Financiamentos	695.057	21.497	42.994	128.982	501.585
Total	920.793	247.233	42.994	128.982	501.585

c. Instrumentos financeiros por categoria

	2017		2016	
	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros
Ativos financeiros				
Controladora				
Caixas e equivalentes de caixa	85	-	3	-
Consolidado				
Caixas e equivalentes de caixa	53.339	-	22.460	-
Fundos Vinculados	25.691	-	-	-
Passivos financeiros				
Controladora				
Fornecedores	-	564	-	570
Consolidado				
Fornecedores	-	19.880	-	225.736
Debêntures	-	170.851	-	-
Financiamentos	-	721.795	-	695.057

d. Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) **Risco operacional**

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimentos esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais.

(ii) **Risco de crédito**

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(iii) **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2017 e 2016 exposições financeiras atreladas a moeda estrangeira.

Os contratos de construção firmados pelas controladas relacionados ao CAPEX (Capital expenditure) estão atrelados em moeda nacional e portanto, não há exposição de variação cambial nessas operações.

(iv) **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.